



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892

Danilo Arnaldo Briskievicz

IFMG campus Santa Luzia
Belo Horizonte - MG

RESUMO: Analisamos a conjuntura de criação e funcionamento do Conselho de Intendência do Serro/MG no período de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892, em especial sua Inspeção Municipal, responsável pelo novo projeto modernizador da instrução pública no município-sede e seus distritos. Discutimos a respeito dos conflitos inerentes ao novo projeto de instrução pública considerando quatro pontos: o primeiro é como o ideário positivista da modernização da instrução pública se manifestou; o segundo é como a imensidade geográfica do município e de seus distritos afetou o projeto renovador; o terceiro é como o funcionamento burocrático através de documentos se dava no contexto (impactado pelas reformas de Leôncio de Carvalho, de 1879 e de Benjamin Constant, iniciada em 1890) e o quarto é o embate republicano na imprensa serrana. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental das fontes primárias do Conselho de Intendência do Arquivo de Câmara do IPHAN Serro, bem como de fontes primárias e secundárias da história do Serro, de Minas Gerais e do Brasil, como leis, decretos, portarias, recibos de obras e livros, além de

fontes secundárias de autores ligados à história da educação imperial e republicana para ampliação conceitual do contexto pesquisado. Espera-se como resultado oferecer uma contribuição para a história da educação no Brasil republicano.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Intendência do Serro, Instrução pública, República brasileira, História da educação, Reformas da educação brasileira.

THE SERRO/MG INTENDANCE COUNCIL AND THE PUBLIC INSTRUCTION OF THE REPUBLIC, 1890 TO 1892

ABSTRACT: We analyze the creation and functioning of the Serro/MG Council Intendance of from January 23, 1890 to March 7, 1892, in particular its Municipal Inspection, responsible for the new modernization project of public education in the city and its districts. We discussed the conflicts inherent in the new public education project considering four points: the first is how the positivist ideology of the modernization of public instruction manifested itself; the second is how the geographical immensity of the municipality and its districts affected the renovating project; the third is how the bureaucratic operation through documents occurred in the context (impacted by the reforms of Leôncio de Carvalho, 1879 and Benjamin

Constant, begun in 1890) and the fourth is the republican clash in the mountain press. The methodology used is documentary research of the primary sources of the Council of Intendance of the Chamber Archive of IPHAN Serro, as well as primary and secondary sources in the history of Serro, Minas Gerais and Brazil, such as laws, decrees, ordinances, receipts works and books, as well as secondary sources of authors related to the history of imperial and republican education for conceptual extension of the researched context. As a result, it is expected to contribute to the history of education in republican Brazil.

KEYWORDS: Serro Council Intendance, Public Instruction, Brazilian Republic, History of Education, Reforms of Brazil Education.

O PROBLEMA: A INSTRUÇÃO PÚBLICA REPUBLICANA NO SERRO

No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a república brasileira. O marechal Deodoro da Fonseca destituiu do poder o monarca Dom Pedro II e foi instituído um Governo Provisório da República que vigiu até 24 de fevereiro de 1891, data da promulgação da nova Constituição. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil constituiu um Conselho de Intendência após a dissolução da Câmara Municipal por ofício do governador, datado de 23 de janeiro de 1890, na cidade do Serro/MG. Assumiu a presidência do Conselho de Intendência o coronel Sebastião José Ferreira Rabello (1823-1900) que governou de 04 de fevereiro até supostamente janeiro de 1891 (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documentos de Câmara, Doc. 180, Cx. 21; doravante apenas DC seguido do número do documento e da sua caixa), sendo sucedido por outro intendente, Secundo José Baptista (DC:180, 21), que permaneceu no cargo até a posse da nova Câmara Municipal, no dia 07 de março de 1892. Por isso, o governo provisório serrano se estendeu para além da Constituição de 1891, prolongando-se até 1892, dentro do período mais longo chamado de República Velha (1889-1930) e do período mais curto denominado República da Espada (1889-1894). Nesse contexto, interessa-nos entender como a instrução pública foi tratada na transição realizada no Serro/MG por esses dois intendentes, seus vice-presidentes e seus procuradores, sob o impacto decisório dos governos provisórios e constitucional federal e estadual. Evidentemente, o Conselho de Intendência também era um governo provisório para instaurar uma nova ordem política e de governança republicanas.

Priorizamos como metodologia a coleta de informações nas fontes primárias do município do Serro/MG, principalmente os documentos do Conselho de Intendência guardados no Arquivo do Iphan da Casa do General Carneiro. O resultado esperado é uma descrição pormenorizada da instrução pública no Serro, no período de 1890 a 1892.

O ÍNÍCIO DE TUDO: A PITORESCA ALVORADA REPUBLICANA NO SERRO

O deputado e jornalista serrano Joaquim Ferreira de Salles (1879-1962) escreveu importante depoimento sobre a chegada notícia do golpe militar republicano ao Serro. A partir de seu pitoresco relato podemos perceber como a república brasileira foi interpretada tanto pelas elites locais quanto pela população em geral, da qual naquele momento, o menino fazia parte. Assim, aos dez anos de idade, Joaquim de Salles memorizou a movimentação popular republicana pelas ruas da cidade, numa alvorada, que longe de ser o “despertar da madrugada”, era uma marcha patriótica noturna:

No Serro, todavia, alvorada é a *marche aux flambeaux*, e quando, de boca em boca ou por meio de boletins, se concita o povo a manifestações patrióticas, estas, efetuando-se, tomam o nome de *alvorada*, contanto que se realize à noite, em geral das sete horas em diante, que haja um bom magote de militantes e uma estridente charanga, sem falar nos discursos de distância em distância, proferidos das janelas ou sacadas, ou ainda do meio da rua (SALLES, 1993, p. 182).

A alvorada republicana reuniu “a quase unanimidade da população” (SALLES, 1993, p. 180) no Largo da Matriz, bem defronte à casa da Câmara Municipal. Em frente à casa da Câmara Municipal fica a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ao seu lado a casa do vigário paroquial. A nova república colocou em xeque a estrutura do padroado, um conluio entre o Império e a Igreja, que terminava oficialmente com o golpe de Deodoro da Fonseca, que terminava agora no Serro, com festa no largo mais poderoso da cidade, em que se encontravam os detentores da velha ordem imperial, a Câmara e a Igreja. A república parece ter dissolvido a formalidade das hierarquias pois “naquela noite o populacho parecia realmente *atuado*” (SALLES, 1993, p. 181) uma vez que “quem quisesse podia falar à vontade. Era só pedir a palavra e verborrar ao sabor da fantasia” (SALLES, 1993, p. 181). Foi uma noite única uma vez que “nunca no Serro se ouviu maior número de bestialógicos e no meio do mais respeitoso silêncio e com aplausos estridentes da multidão” (SALLES, 1993, p. 181). A alvorada republicana foi organizada pela *nova elite* serrana, agora convergente ao novo projeto nacional. Salles (SALLES, 1993, p. 182) lembra-nos que “antes da Proclamação da República, não haveria mais de cinco ou seis republicanos, ainda surgidos após a Lei de 13 de maio” por ocasião em que “o Coronel Jacinto de Magalhães e o Ernesto do Nascimento fizeram a conquista do Coronel Sebastião Rabello, de seu irmão o Barão do Serro e do Teotônio de Magalhães.” Dessa forma, os republicanos serranos herdaram novo prestígio com a proclamação da república. Por isso, “na alvorada da proclamação, tomavam a frente o Coronel Sebastião Rabello, o Barão do Serro, o Ernesto do Nascimento, o Coronel Jacinto de Magalhães e o Teotoninho” e “nenhum deles vestia sobrecasaca nem trazia cartola” pois “tal uniforme podia ser interpretado como antidemocrático, pelo que os paredros trataram, tanto quanto possível, de usar indumentária popular,” com excessão do “Ernesto e o Teotoninho, que só sabiam sair à rua de fraque. Nem ninguém os reconheceria, se se vestissem de paletó saco.” A

imagem da *troca de casaca* da nova elite serrana fica evidente: os que comandavam a cidade na monarquia permaneceram no poder e continuaram a comandar, não mais os súditos da monarquia, mas os cidadãos da república.

Da pitoresca alvorada republicana tiramos uma informação fundamental sobre os republicanos serranos históricos. Em primeiro lugar, apareceu o tenente-coronel Jacinto de Magalhães e Castro. Foi um político influente na cidade no Império. Mudando de casaca rapidamente, o agora *cidadão* Jacinto, além de ser nomeado para a Intendência manteve-se na Câmara Municipal empossada em 07 de março de 1892, autorizada pela Consituição de 1891, imediatamente assumindo o cargo de vereador eleito. No ano de 1897, ocupou o cargo de presidente e agente executivo do Serro, expedindo um recibo de quatro mil réis para Francisco Valentim de Souza Azevedo, que analfabeto, pediu que Alexandrino Zacarias assinasse o documento a seu *rogo*, por “serviços prestados em limpeza do caminho que vai da fonte publica do Arraial de Baixo” (BRISKIEVICZ, 2017, s.p.). Em 1914, ocupou o cargo de vereador pelo distrito de Milho Verde (BRISKIEVICZ, 2017, s.p.).

Em segundo lugar, apareceu o sobrinho do tenente-coronel Jacinto de Magalhães e Castro. Joaquim Salles chamava de Teotoninho, mas seu nome completo era Teotônio Pereira de Magalhães e Castro (1858-1918). Herdeiro e partícipe da influência política do tio, com o qual foi criado desde a infância por conta do falecimento de seu pai, foi deputado provincial à 25ª Legislatura, de 1884 a 1885, tornando-se, além de político, advogado de formação e jornalista. Segundo Souza (1999, p. 265), “seguindo a vocação da família, além de político torna-se garimpeiro e, em 1890, arrematou com o major Antônio Honório Pires de Oliveira os terrenos junto ao Córrego do Brumado” no local “onde instalaram a mineração do Descoberto.”

Em terceiro lugar, apareceu o Ernesto do Nascimento que, de fato, tem o nome completo de Ernesto Peregrino do Nascimento Moura. Nos documentos do Conselho de Intendência do qual fará parte, é omitida sua patente honorífica. Contudo, na lista nominal da campanha para angariar donativos para o patrimônio da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto (BRISKIEVICZ, 2017, s.p.), aparece como major. O título provavelmente foi conquistado por sua participação no Conselho de Intendência como procurador. A república ampliou o seu poderio, em curtíssimo espaço de tempo.

Em quarto lugar, apareceu o barão do Serro, Joaquim José Ferreira Rabello (1832-1910), irmão do coronel Sebastião Rabello, o futuro intendente municipal, agora não mais um nobre, mas convertido à categoria de *cidadão*. Ele estudou Humanidades no Seminário de Mariana e formou-se bacharel em Ciências Jurídicas. Trata-se de uma figura emblemática e de difícil classificação política se considerarmos sua posição de barão na monarquia, uma vez que pertencia à oligarquia rural e mineradora serrana. Por outro lado, assumiu posições bastante liberais para a época, tornando abolicionista e republicano *antes* da proclamação da república. Nesse sentido, nos informa Souza (1999, p. 292-293) que o barão do Serro “era republicano, abolicionista e dirigiu com o major Jacinto Pereira de Magalhães e Castro o Partido Liberal do Serro”, sendo um

dos fundadores do Clube Republicano da cidade, “do qual faziam parte, entre outros próceres, Sebastião José Ferreira Rabello, presidente, Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, Ernesto Peregrino do Nascimento Moura” e “Teotônio de Magalhães e Castro.” O barão do Serro é um dos exemplos típicos de como a elite serrana soube manter-se no melhor dos mundos tanto na monarquia quanto na república.

Em quinto lugar, apareceu o coronel Sebastião José Ferreira Rabello (1823-1900). Maria Eremita de Souza, reconhecida historiadora das famílias tradicionais serranas, escreveu uma biografia do republicano cidadão coronel Sebastião Rabello baseando-se em “testemunho de documentos esparsos e fontes oferecidas pela pianista Rita Rabello e Zé Doutor” (SOUZA, 1999, p. 289). Segundo seus registros nada imparciais, Souza (1999, p. 289-291) descreveu o coronel Sebastião Rabello como “figura proeminente no cenário social e político do Serro”, sendo nomeado “por decreto imperial de 14 de outubro de 1857” como tenente-coronel, “comandante do 15º Batalhão, e com patente passada em 16 do mesmo mês.” A elite serrana frequentava sua chácara em que se deparavam com um rico proprietário de terras e minas de ouro e diamantes elegantemente trajado com “chapéu bombom, hoje cartola, traje apurado, *croisé*, bengala de castão de ouro, relógio com gôndola de ouro preso ao colete.” Seu prestígio social advinha do fato de ser o homem mais rico da cidade, “grande proprietário com uma renda de mais ou menos 20 contos de réis vindo-lhe a seguir os proprietários com renda presumíveis em dez ou doze contos de réis.” Para Souza, evidentemente encantada com a polidez do cavalheiro, tratava-se de um cidadão “humanitário, caritativo, proprietário de numerosa escravatura, teve cuidado de dar instrução primária, artística, profissional, moral e religiosa a vários filhos de suas escravas assim como aos de sua esposa D. Rita de Cássia da Fonseca.” Consta que o coronel Sebastião Rabello fez várias doações em dinheiro para as igrejas da cidade como para “a capela do cemitério (ainda por construir), para a Ordem 3ª do Carmo, Purificação, Santa Rita” tendo por intermediários “a Irmandade de São Sebastião, à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, para Nossa Senhora das Mercês e São Benedito” e “para a Casa de Caridade Santa Tereza, para os pobres, por intermédio do vigário padre Epaminondas.”

Os republicanos históricos serranos receberam sua recompensa pela fidelidade ao novo governo. Entre eles formou-se o Conselho de Intendência nomeado diretamente pelo governador do Estado de Minas Gerais, Cesário Alvim, no dia 23 de janeiro de 1890 como se lê em seguida:

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto, 23 de janeiro de 1890. Comunico-vos que, que nesta data, dissolvi essa Câmara e criei em substituição um Conselho de Intendência composto dos cidadãos: Cel. Sebastião José Ferreira Rabello – Presidente, Major Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, Coronel José de Ávila Bittencourt e adjuntos Ernesto Peregrino do Nascimento Moura e Capitão José Generoso de Moura e Silva. José Cesário de Faria Alvim (BRISKIEVICZ, 2017, s.p.).

A comunicação da dissolução da Câmara Municipal à população serrana se deu através de Edital publicado no dia 04 de fevereiro de 1890. No dia seguinte, os Intendentes nomeados enviaram ao governo de Minas Gerais o comunicado de aceitação da nomeação elencando os diversos problemas herdados da monarquia imperial de Dom Pedro II. O tom de reivindicação está presente no ofício, justificando-se o baixo investimento em instrução pública a ser realizado pelas poucas rendas do município. O governo provisório serrano teve duas etapas bem distintas: num primeiro momento os republicanos históricos residentes no Serro foram coordenados pelos republicanos da capital Ouro Preto e se organizaram para realizar a transição e mantiveram seus privilégios, antes como súditos de Dom Pedro II agora como cidadãos da república. Desse acerto político resultou a primeira Intendência.

A elite oligárquica serrana tinha uma proposta de modernização bem clara, provavelmente advinda da mentalidade positivista comtiana ajuntada com a perspectiva de um certo progresso industrial e/ou comercial para o norte de Minas Gerais, em que a substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes europeus, aliada à modernização da agricultura e a construção da ferrovia Vitória-Serro poderiam criar um novo cenário favorável para a mesma elite oligárquica tradicional serrana. Miranda (2002, p. 30-31) corrobora com nosso ponto de vista quando afirma, retrazendo a trajetória modernizadora das elites serranas, que “a valorização da agricultura como principal fonte de riqueza de uma sociedade é ‘o mais poderoso factor de felicidade popular’ pois “havia naquela conjuntura uma intensa campanha para modernizar a agricultura do município, abandonando os rudimentares meios de tratamento da terra até então utilizados, mecanizando a cultura da terra, construindo escolas agrícolas e fazendas modelo.” Por isso, “o jornal *O Serro*, manifestava o desejo das elites serranas por uma nova agricultura com as seguintes palavras: ‘Deve-se substituir o nosso bárbaro systema de cultura pelo machado, fogo e enxada, pelas machinas aperfeiçoadas.’” Nesse sentido, “era praxe, o pensamento que associava meios de transporte e comunicação modernos ao progresso, já que estes impediam o isolamento de diversas partes do estado” uma vez que “a estrada de ferro passa a ser considerada força civilizadora” que poderia ser um “estímulo “as vias de comunicação modernas e extensas, que possibilitariam o escoamento da produção agrícola do município e incentivariam o comércio da cidade.” Assim, “com plena consciência de que era imperativo que uma estrada de ferro atingisse o Serro, as elites iniciaram os embates pela ferrovia.”

Duas conclusões preliminares sobre a transição da monarquia para a república ao modo serrano precisam ser evidenciadas. A primeira diz respeito ao espírito da época, que determinava a forma das elites oligárquicas e urbanas das antigas vilas do ouro de Minas Gerais lidarem com as relações políticas de poder. As elites se organizaram de acordo com a necessidade de manterem seus privilégios na monarquia dissolvida e de manterem seus direitos na república instaurada. A segunda é a condução elitista oligárquica e centralizadora para um governo dito republicano. Os donos do poder,

aqueles que revezavam no controle social a partir da centralidade das decisões através das instituições públicas na monarquia continuaram a exercer esse poder e autoridade da mesma forma na república, modificando o seu discurso e insistindo no ideário modernizador através da instrução pública.

A EDUCAÇÃO PARA O POVO: O COTIDIANO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

O Conselho de Intendência usou o jornal *Tentamen* para propagandear o seu principal corolário que foi a instrução popular republicana. A ampliação do número de escolas apareceu como uma meta do governo municipal provisório. Chama-nos a atenção, contudo, o fato de que a educação pareceu adquirir um sentido universal, popular, intergeracional em que o atraso do passado, apesar do esforço da Câmara Municipal dissolvida pela república em expandir a instrução, parecia se revelar no tempo do agora, de maneira clara e evidente com a moderna forma de governo adotada no Brasil. O momento atual do agora se dava como a superação dos momentos anteriores e se por causa dele exclusivamente se elucidava a história do passado: todas as dificuldades da instrução pública do passado foram necessárias para que algo de novo surgisse, agora em um estágio superior, mais adequado à modernização da vida social.

É que a modernização presente no positivismo em que “a existência de uma essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquadra coercitivamente na dimensão da norma” (ORTIZ, 1983, p. 10) se transformou numa força externa controladora e impulsionadora da sociedade e da sua consciência coletiva, cabendo ao ser individual guiar-se para seu projeto de homem social, aquele que respeita o papel formador e universal das instituições. Nesse sentido, segundo Iskandar e Leal (2002, p. 4), “Comte defendia a ideia de ordem industrial e o progresso nela embutido. Seu lema é a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim.” Por isso, “o positivismo tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação” em que “os ideais de ordem e progresso na educação aparecem sob forma de disciplina e educação, respectivamente, como processo evolutivo.” Assim, “por progresso entende-se que o aluno, como membro da sociedade, deve passar por fases evolutivas: o pensamento teológico, o metafísico e, por fim, o positivo.”

A viabilidade imediata da nova instrução pública esbarrou num problema de primeira grandeza: a imensidade geográfica dos municípios e de seus distritos sedes em relação ao território total. Como controlar um novo projeto sem a presença dos seus inventores e articuladores nos espaços em que precisam de sua intermediação? É assim que localização do Serro em relação ao restante dos demais distritos do município deve ser levada em conta na avaliação da proposta de expansão da instrução pública republicana para o norte de Minas Gerais. O Conselho de Intendência bem que tentou agilizar a implantação de um novo projeto de instrução pública através de

um Código de Posturas publicado no dia 06 de fevereiro de 1890, dois dias após sua posse. É o que se lê a seguir:

A Intendência Municipal do Serro no intuito de desenvolver largamente a instrução pública primária entre os seus munícipes observando que o número de crianças em idade escolar é muito superior ao que frequenta as escolas estabelecidas no município; e que por conseguinte a causa deste mal nasce da inércia dos pais ou protetores dos mesmos resolveu submeter à aprovação do vosso benéfico governo o seguinte plano de Postura para ser observado nesta Intendência: Art. 1º - Nesta cidade, em seus arraiais e povoados onde houver escolas públicas do Estado ou criadas por esta Intendência fica estabelecido o ensino obrigatório. Parágrafo único - todos os pais, tutores, protetores e mais pessoas que tenham em sua companhia filhos menores, tutelados, parentes ou mesmo estranhos serão obrigados a fazê-los frequentar a escola: pena de multa de 5\$ a 30\$000; caso de reincidência pena de prisão (BRISKIEVICZ, 2017, s.p.).

Contudo, o código não passou pelo crivo do Governo Estadual, em Ouro Preto. Em ofício de próprio punho João Pinheiro da Silva, governador, arbitrou pela negação da aprovação das posturas.

Sabemos que a permanência de Teotônio de Magalhães e Castro como inspetor da Instrução Pública do Serro durou poucos meses, ou seja, de 22 de março a 1º de setembro de 1890 quando foi exonerado pelo secretário da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais (DC:04, 02), sendo renomeado no dia 9 de setembro de 1890 (DC:06,02), não se podendo verificar se, de fato, reassumiu suas funções e, se isso aconteceu, até quando permaneceu no cargo. Consta em arquivo interessante correspondência entre Teotoninho e a Inspetoria Geral em Ouro Preto, bem como das escolas do Serro com ele, através de mapas de turmas e pedidos de transferência para outras localidades. Entre estas correspondências, há um ofício da Inspetoria Geral de 27 de março de 1890 onde se pode ler:

Comunico-vos que por ato de 20 do corrente foi concedida licença aos professores Januário Júlio Baracho e Francisco da Costa Botelho, este da cadeira de S. Domingos, termo do Peçanha, e aquela da de S. José dos paulistas, desse termo, licença para permutarem entre si as mesmas cadeiras, ficando-lhes marcado, a contar de hoje, o prazo de 60 dias para apostilarem os seus títulos e entrarem em exercício (DC:05, 02).

Pelos documentos, pode-se vislumbrar a rotina burocrática da Instrução Pública serrana. São nomeações por conta de concursos (DC:16,02) ou designações (DC:02,02; 11,02), exonerações e transferências de servidores (DC:57,33; 35,19), mapas e diários de classes (DC:56,33; 05,12; 128, 31; 55, 33; 64,10; 28,10), ofícios normativos (DC:01,02; 10,02; 08,02), atas de exames (DC:60,33; 54,33), cartas de agradecimento (DC:66,18), declarações de serviços prestados por professores (DC:68,22). Este acervo mostra uma instrução pública com grande movimentação burocrática, baseada em legislação ainda predominantemente monárquica em suas formulações, estabelecendo normas e registros para o acompanhamento do processo

de matrículas dos alunos, de seus exames e do exercício do magistério em diversas localidades do município.

A rotina burocrática da Instrução Pública do Conselho de Intendência do Serro em seus ofícios, nomeações, exonerações, mapas e diários de classes demonstra claramente que o funcionamento das escolas serranas estava condicionado ainda às práticas do período imperial, em especial, ao Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, instituído por Carlos Leôncio de Carvalho e que afetou a organização do pretense sistema de ensino brasileiro (SAVIANI, 2013, p. 166-171), ainda incipiente. Nesse sentido, a reforma Leôncio de Carvalho procurou inovar no campo da instrução pública em relação às normas anteriores, em especial, a reforma de Couto Ferraz, realizada pelo Decreto nº 1.331-A, de 1º de fevereiro de 1854 (SAVIANI, 2013, p. 137-138). A reforma Leôncio de Carvalho estabeleceu a obrigatoriedade da frequência em escolas de primeiro grau para indivíduos de sete a quatorze anos. Ressalta-se que a matrícula dos alunos era obrigatória para os pais e o não fazê-lo poderia gerar multa.

Os jornais serranos iniciados no mesmo período da nomeação e exercício do Conselho de Intendência foram muitos, o que comprova uma efervescência de embates políticos na sociedade, sendo que a imprensa acaba por funcionar como um espaço-arena em que os conflitos inerentes à sociedade civil são resolvidos, criando-se uma luta ideológica em torno do que é verdadeiro e falso, através daquilo que é escrito, positivado, hipostasiado em páginas de papel. Evidentemente, imprimia um jornal numa tipografia especializada para isso quem tivesse apoio financeiro, seja através de assinaturas, seja através do patrocínio do Conselho de Intendência. Por isso, a maioria dos jornais apoiava a república e recebia pagamentos oficiais para isso como mostram dois recibos salvaguardados em arquivo público (DC: 140, 20; 165, 22).

Logo após a proclamação da república, no ano de 1890, a cidade do Serro reavivou sua imprensa com a publicação de jornais simultâneos como o *Tentamen*, *Corisco*, *O Serro* e *O Mensageiro*. Já a partir de 1893 até 1896 restou o jornal *A sentinella* (BRISKIEVICZ, 2002, p. 37-58) que teve como redatores Teotônio Pereira de Magalhães e Castro e o coronel Ângelo Ribeiro de Miranda (1866-1931). Este apareceu no dia 21 de abril de 1893, com a explícita legenda republicana: “resolutos e impávidos combateremos o mal seja qual for a providência. Em política somos o que sempre fomos, pela república até o sacrifício” (BRISKIEVICZ, 2002, p. 32). Enquanto a imprensa serrana era dominada pelos republicanos, por outro lado, o jornal *O mensageiro* era um semanário católico e conservador e que, não por acaso, foi o único jornal da Igreja na história da imprensa serrana. Tratava-se de uma resposta ao projeto modernizador da república (LEITE, 2011, p. 32) que incluía a discussão sobre o papel dessa instituição nas decisões políticas e na instrução pública, com a discussão sobre o ensino religioso nas escolas.

Com a proclamação da república em 1889, adveio a reforma Benjamin Constant, iniciada com o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 (CURY, 2001). A ampla reforma que acabou sendo completada com mais vinte decretos, estabelecia

inicialmente em seu artigo 2º que “a instrução primária, livre, gratuita e leiga, será dada no Distrito Federal em escolas públicas de duas categorias: 1ª escolas primárias do 1º grau; 2ª escolas primárias do 2º grau” sendo que “§1º As escolas do 1º grau admitirão alunos de 7 a 13 anos de idade, e as do 2º grau, de 13 a 15 anos” e “umas e outras serão distintas para cada sexo, porém meninos até 8 anos poderão frequentar as escolas do 1º grau do sexo feminino.” Para isso, “§2º Nenhum aluno será admitido à frequência das escolas do 2º grau sem exibir o certificado de estudos primários do grau precedente” (BRAZIL, 1890b; RIBEIRO, 1993). A reforma Benjamim Constant é brevemente mencionada por Saviani (2013, p. 169) como tencionando basicamente “a organização curricular” e muito superficialmente a administração escolar, “já que teve em contraposição à predominância dos estudos literários procurou introduzir as matérias científicas.”

Percebe-se que o trabalho do Conselho de Intendência do Serro era ainda administrar os continuísmos imperiais da reforma de Leôncio de Carvalho. Ressaltamos que a implementação efetiva das reformas era lentíssima: à época, a cidade do Serro dispunha de uma Agência de Correios e Telégrafos: os telegramas eram usados apenas para comunicados brevíssimos e urgentíssimos; os ofícios chegavam pelo fluxo normal das postagens. Nesse caso, os ofícios com as decisões do governo federal instalado na capital que era o Rio de Janeiro precisavam chegar à capital mineira em Ouro Preto e depois serem repassados para Instrução Pública serrana o que levava semanas e até meses para que as comunicações pudessem ser lidas e os processos administrativos pudessem ser modificados. Por isso, por maior que seja o impulso reformador republicano do Conselho de Intendência do Serro haviam as objeções da espacialidade e da temporalidade do século XIX que refreavam por sua dinâmica própria os processos modernizadores, céleres e tidos como imediatos e inadiáveis. Nesse sentido, Teotônio de Magalhães e Castro, o inspetor da Instrução Pública do Serro, manteve uma rotina em seus atos oficiais – sejam documentos, visitas, exames, mapas de turmas, relatórios, entre outros, baseados na reforma de 1879. A república ainda palmilhava os passos do império. De fato, a herança do funcionamento da instrução pública no Serro nos moldes imperiais vai perdurar durante o governo provisório, ou seja, de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892.

Portanto, entre conflitos e acordos, avanços e retrocessos, permanências e mudanças, entre o velho e o novo, entre o atrasado e o moderno, entre o religioso e o laico, entre o cristianismo e a secularização, a elite agrária e mineradora serrana fez seu ritual de passagem de um regime monárquico parlamentarista para um regime republicano federalista. A casaca virada do império para a república só não conseguiu nos primeiros anos mudar a realidade da instrução pública, pelos diversos fatores analisados.

CONCLUSÃO: NÃO HÁ REPÚBLICA SEM INSTRUÇÃO PÚBLICA

Concluimos nossa investigação apontando quatro resultados.

O primeiro é a confirmação de que o ideário positivista da modernização da instrução pública foi assumido imediatamente pelo Conselho de Intendência do Serro, sendo nomeado para inspetor municipal o republicano histórico Teotônio de Magalhães e Castro. Ele incorporou em sua atividade cotidiana a difícil tarefa de republicanizar uma instrução pública com um legado imperial, marcada pela reforma de Leôncio de Carvalho, de 1879 e que afetava as relações das escolas municipais com a Intendência. A república precisava se tornar realidade rapidamente. O problema de um ideário positivista é que ele necessita de dados, de experiência, de processos eficazes e modernizadores para ser lido como verdadeiro pela população. Nesse ponto o inspetor não conseguiu muito sucesso nos seus poucos meses de mandato: foi deixando o projeto se tornar legislação renovada com a reforma Benjamin Constant iniciada em 1890 e consolidada na Constituição de 1891.

Isso nos leva à segunda conclusão. O município do Serro de 1890-1892 era de proporções espaciais gigantescas. Com isso, a pedagogia da novidade foi sonhada apenas para o município-sede e alguns de seus povoados mais próximos. Isso ficou claro com a insistência de publicações de exames escolares nos jornais serranos para satisfazer o desejo de reformulação da instrução pública apresentando à população resultados efetivos.

O terceiro resultado de nossa investigação diz respeito ao funcionamento burocrático da Instrução Pública dirigida pelo Conselho de Intendência. O continuísmo do império tornou-se evidente com a negativa do governador ao novo Código de postura relativo à instrução pública serrana.

O quarto resultado é a constatação de que a imprensa serrana foi reavivada pelo golpe republicano e a nomeação da Intendência. Os intendentes foram rápidos em produzir informação para o povo compreender qual era o novo funcionamento do jogo político, da nova constituição de poder do corpo político. Por fim, nossa investigação, longe de esgotar as possibilidades de análise da transição de um projeto de instrução pública no interior do Conselho de Intendência, intencionou colaborar com a compreensão das articulações políticas ligadas à educação nos primeiros anos da república brasileira, a partir de sua célula primeira, o município, nesse caso, o município do Serro com uma elite agrária e mineradora profundamente apegada ao controle de seus antigos súditos, agora transformados em cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara**. 60, Caixa 33, 1º de agosto de 1890; 10, Caixa 02, 14/08/1890; 68, Caixa 22, 06/06/1891; 05, Caixa 02, 27/03/1890; 02, Caixa 02, 13/06/1890; 11, Caixa 02, 17/07/1890; 01, Caixa 02, 22/07/1890; 16, Caixa 02, 28/08/1890; 04, Caixa 02, 01/09/1890; 06, Caixa 02, 13/09/1890; 09, Caixa 02, 04/10/1890; 05, Caixa 12, setembro de 1890; 56, Caixa 33, setembro

de 1890; 55, Caixa 33, 21/09/1891; 128, Caixa 31, de 31 de março de 1891; 140; 180, Caixa 21, 15/03/1890; 140, Caixa 20, 15/03/1890; 35, Caixa 19, 26/12/1891; 64, Caixa 10, de 30 de setembro de 1891; 165, Caixa 22, 10/12/1891. 54, Caixa 33, 21/07/1890; 57, Caixa 33, 05/08/1890; 08, Caixa 02, 12/08/1890; 56, Caixa 33, setembro de 1890; 35, Caixa 19, 26/12/1891; 55, Caixa 33, 21/09/1891; 128, Caixa 31, de 31 de março de 1891; 05, Caixa 12, setembro de 1890; 28, Caixa 10, 31/12/1891.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. A Sentinella, 01/06/1893.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. O Mensageiro, 31/03/1891.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. O Serro, 07/05/1893.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. Tentamen, 21/08/1890.

BRAZIL. Decreto nº 1º, de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Primeiro fascículo. 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (a).

BRAZIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Décimo primeiro fascículo de 1 a 30 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (b).

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **A arte da crônica e suas anotações**. Porto Alegre: Simplíssimo, 2017. [E-book]

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **A arte da imprensa e seus periódicos**. Serro: Tipografia Serrana, 2002.

CASTRO, T. de M. e. Escolas municipais. **Tentamen**, Serro, 21/08/1890, p. 2.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

INTENDÊNCIA Municipal. Tentamen, Serro, 21/08/1890, p. 1-2. In: ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. Tentamen, 21/08/1890.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.

LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro/RJ, v. 31, n.1, jun. 2011.

LOYOLA, Ignácio de. A instrução. Tentamen, Serro, 21/08/1890, p. 1. In: ARQUIVO IPHAN SERRO. **Jornais**. Tentamen, 21/08/1890.

MIRANDA, Leonardo Souza Araújo. Olhar de moribundo: o discurso das elites sobre a decadência do Serro de 1912 a 1919. **Revista de História do Serro**, Serro, n. 01, 14 mar. 2002, p. 7-45.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira**. 15. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

SALLES, Joaquim de. **Se não me falha a memória**. 2.ed. São Paulo: IMS, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9

